

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.929 - MG (2019/0292417-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : JULIANA NASCIMENTO SILVA**  
**ADVOGADO : FREDERICO MILHORIN FERREIRA - MG144446**  
**RECORRIDO : RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A**  
**OUTRO NOME : RNI NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.**  
**INTERES. : SISTEMA FACIL INCORPORADORA IMOBILIARIA UBERABA I**  
**SPE LTDA**  
**ADVOGADOS : GUILHERME JOSÉ CRISTAL - SP324416**  
**FLAVIO SILVA PIMENTA - MG128506**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. (1) ALEGADA AFRONTA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211 DO STJ. (2) PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE AFRONTA À LEGISLAÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE APONTAMENTO DE NORMA LEGAL TIDA POR VIOLADA. SÚMULA 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

JULIANA NASCIMENTO SILVA (JULIANA) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos de ação declaratória ajuizada em desfavor de RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A (RODOBENS), indeferiu o pedido de gratuidade da justiça, determinando que a agravante arcasse com o pagamento das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias (e-STJ, fls. 243/244).

O agravo de instrumento foi provido pelo Tribunal mineiro em acórdão assim ementado:

*EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – ASSISTÊNCIA JURÍDICA – ART. 5º, LXXIV, CF – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ART. 99, §3º, CPC/2015 – INDEFERIMENTO DE PLANO: FUNDADAS RAZÕES: INEXISTÊNCIA – RENDA MENSAL MODESTA – GARANTIA DE ACESSO À MÁQUINA JUDICIÁRIA.*

*- Nos termos do disposto no art. 99, §3º, do CPC/2015, “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida*

# Superior Tribunal de Justiça

*exclusivamente por pessoa natural.”.*

*- O Juiz somente poderá indeferir o pedido de concessão do benefício da Assistência Judiciária “se houver nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade” (art. 99, §2º, CPC/2015).*

*“Para aqueles cuja renda mensal líquida não ultrapasse o valor de R\$ 3.500,00, considera-se necessária a concessão do benefício (sempre mediante comprovação), eis que até este valor há uma maior probabilidade de que o pagamento das custas importe no comprometimento até mesmo do acesso à máquina judiciária pelo indivíduo, o que contraria os preceitos constitucionais.”. (e-STJ, fl. 275).*

Em primeiro grau, ao fundamento de que a parte resignadamente efetuou o pagamento das custas em outros processos, o que demonstraria sua capacidade econômica, foi revogado o benefício da gratuidade da justiça, tendo sido determinado o recolhimento em 5 (cinco) dias (e-STJ, fls. 423/424).

Inconformada, JULIANA interpôs agravo de instrumento, que foi desprovido pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

*EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA- ART. 5º, LXXIV, CF – MERA AFIRMAÇÃO: ART. 99, §3º, DO CPC/2015- INDEFERIMENTO DIANTE DE ATO INCOMPATÍVEL COM A POSTULADA BENESSE – POSSIBILIDADE.*

*- O pagamento voluntário das custas recursais consubstancia ato incompatível com o pedido de concessão dos benefícios da Assistência Judiciária formulado pela parte, justamente por demonstrar a sua capacidade em arcar com o adimplemento das despesas processuais, sem o comprometimento de sua subsistência. (e-STJ, fl. 478).*

Os embargos de declaração opostos por JULIANA foram rejeitados, com aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC (e-STJ, fls. 500/511).

Irresignada, JULIANA interpôs recurso especial com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, (1) apontando a violação dos arts. 9º, § 2º, e 10 do NCPC e do art. 8º da Lei 1.060/50, aos argumentos de que houve ofensa ao contraditório e à ampla defesa na medida em que a revogação da gratuidade da justiça teria se baseado em atos que sequer foram trazido aos autos, de que o magistrado deveria conceder oportunidade de defesa antes de revogar. (2) Insurgiu-se ainda quanto à multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa.

Em juízo de admissibilidade, a Terceira Vice-Presidência do Tribunal

# Superior Tribunal de Justiça

mineiro admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 533/538).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da alegada ofensa ao contraditório e à ampla defesa

O TJMG decidiu pela manutenção da revogação da gratuidade da justiça concedida à ora recorrente tendo em vista a prática de ato incompatível com a postulada benesse.

De outro lado, JULIANA alegou que a Corte mineira teria incorrido em ofensa ao contraditório e à ampla defesa na medida em que a revogação da gratuidade da justiça teria se baseado em atos que sequer foram trazido aos autos, além da necessidade de o magistrado conceder oportunidade de defesa antes de revogar.

Portanto, o objeto da irrisignação, da forma como apresentado pela ora recorrente em suas razões recursais, carece do devido prequestionamento, trazendo à incidência o teor das Súmulas nºs 282 e 356 do STF e 211 do STJ.

## (2) Da multa

No que se refere à pretensão da recorrente com base na alínea *a* do permissivo constitucional de que seria indevida a incidência da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC, a interpretação que se extrai das razões recursais é que a parte se limitou a manifestar sua irrisignação, não tendo indicado qualquer dispositivo legal tido por vulnerado.

Ressalta-se que o mero inconformismo sem apontar o dispositivo do ordenamento considerado afrontado e sem especificar de que modo teria concretamente ocorrido a vulneração de normativo federal não supre a exigência de fundamentação adequada do recurso especial, incidindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, que dispõe: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 170, §1º, DA LEI Nº 6.404/76, 467 E 471 DO CPC DE 1973. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 371 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. INVIABILIDADE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA DE TRIBUNAL SUPERIOR E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. VALOR CORRETO DA COTAÇÃO DA AÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. RENDIMENTOS DOS DIVIDENDOS. SÚMULA 284 DO STF.

1. Em relação à alegada ofensa aos arts. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76, 467 e 471 do CPC/73, não se vislumbra a aduzida violação por falta de articulação de argumentos jurídicos a embasar tal assertiva, caracterizando deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. "Incabível a análise de recurso especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, que tenha por fundamento violação de enunciado ou súmula de Tribunal Superior". (AgRg no AREsp 462.700/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/05/2014, DJe 05/06/2014).

3. A matéria referente ao critério do balancete mensal para a apuração do valor patrimonial da ação não foi apreciada pelo Tribunal de origem, carecendo do indispensável prequestionamento.

4. O acolhimento da pretensão recursal acerca do correto valor da cotação da ação demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. No tocante ao tema dos rendimentos dos dividendos, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 802.042/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 29/8/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Esta Corte já se posicionou no sentido de não ser desprovido de fundamento o julgado que ratifica as razões de decidir adotadas na sentença, transcritas no corpo do acórdão.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que

# *Superior Tribunal de Justiça*

*entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*

*3. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência dos danos materiais e morais demandaria o reexame de matéria fático- probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*5. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 473.327/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 20/6/2016)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator